

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

GISLANE BERNARDES DE CARVALHO STUDINSKI

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A FUNÇÃO DO PROFESSOR
PEDAGOGO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

GISLANE BERNARDES DE CARVALHO STUDINSKI



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A FUNÇÃO DO PROFESSOR
PEDAGOGO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Me. Nelson dos Santos

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

Projeto Político Pedagógico e a Função do Professor Pedagogo

Por

Gislane Bernardes de Carvalho Studinski

Esta Monografia foi apresentada às 10:35h do dia **19 de setembro de 2020** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Astorga, PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Me. Nelson dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Prof. Me. Cidmar O. dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Dr. William A. P. L. N. T. de Mendonça Brandão
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico a Deus por Ele me permitir a força e a coragem diante de tantas dificuldades, a minha mãe Maria Célia e ao meu Pai Sebastião falecido durante a realização desse trabalho, a quem agradeço as bases que deram para me tornar a pessoa que sou hoje. Aos meus filhos, que são a razão do meu viver, e a todos os familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor por toda a força que colocou no meu coração, que me ajudou a lutar até o fim, pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, durante toda minha vida, à minha filha Letícia, pelo apoio e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação, ao meu filho, pelo carinho e compreensão e a todos os familiares.

Ao meu orientador, prof. Nelson dos Santos, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos coordenadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, a todos os amigos que direta ou indiretamente participaram da minha formação, o meu muito e eterno agradecimento.

“Educar verdadeiramente não é ensinar fatos novos ou enumerar fórmulas prontas, mas sim preparar a mente para pensar”. (Albert Einstein)

RESUMO

STUDINSKI, Gislane Bernardes de Carvalho. Projeto Político Pedagógico e a Função do Professor Pedagogo. 2020. 33 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

O presente trabalho teve por finalidade compreender a trajetória e a função do professor pedagogo no que se refere à sua concepção histórica, social e política sobre o planejamento e execução do Projeto Político Pedagógico enquanto documento norteador da escola pública, que deve ser elaborado de forma coletiva. A pesquisa teve como base estudos e documentos que abordam o assunto e se caracteriza como bibliográfica, apresentando, como fontes principais, documentos impressos de pesquisas anteriores, como livros, artigos, revistas e outros que abordam o papel do pedagogo na construção do Projeto Político Pedagógico em busca de uma educação de qualidade, como Libâneo (1999); Vasconcellos (1995) e Saviani (2008). Assim, ficou evidente que é função do professor pedagogo nortear a construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico, envolvendo a participação da comunidade escolar, garantindo um processo democrático e coletivo, contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento das práticas pedagógicas nas escolas públicas.

Palavras-chave: Pedagogo. Escola Pública. Educação. Contexto Escolar.

ABSTRACT

STUDINSKI, Gislane Bernardes de Carvalho. Political Pedagogical Project and the Role of the Pedagogical Teacher. 2020. 33 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

The purpose of this work was to understand the pedagogical teacher's trajectory and function in terms of his historical, social and political conception of the planning and execution of the Pedagogical Political Project as a guiding document for the public school, which must be elaborated collectively. The research was based on studies and documents that address the subject and is characterized as bibliographic, presenting, as main sources, printed documents from previous research, such as books, articles, magazines and others that address the role of the pedagogue in the construction of the Pedagogical Political Project in search of a quality education, such as Libâneo (1999); Vasconcellos (1995) and Saviani (2008). Thus, it became evident that it is the pedagogical teacher's role to guide the construction and implementation of the Political Pedagogical Project, involving the participation of the school community, guaranteeing a democratic and collective process, thus contributing to the improvement of pedagogical practices in public schools.

Keywords: Pedagogue. Public School. Education. School Context.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
3 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	13
3.1 A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR PEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	13
3.2 O PEDAGOGO COMO ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	15
3.3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PEDAGOGO	20
3.4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	21
3.5 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PEDAGOGO	24
3.6 O PROFESSOR PEDAGOGO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

Enquanto área do conhecimento, a importância da pedagogia se materializa por meio de uma postura ética e política que propõe uma melhoria da qualidade do ensino. Embasada neste conceito, percebe-se que a organização da escola é uma atividade essencial na transformação da escola pública e é de responsabilidade de todos que nela atuam.

Dentro desse processo, está o papel do professor pedagogo que, segundo Libâneo (1999), é um profissional especialista para atuar nos diferentes campos da educação e atender às demandas das novas realidades sociais. Por sua vez, esse profissional deve organizar o trabalho escolar de tal forma que permita que os educandos se apropriem de conhecimentos construídos historicamente.

Na sociedade atual, entende-se que a atuação desse profissional deve estar comprometida com os problemas da educação. Assim, com uma visão crítica e com o domínio do conhecimento científico, pedagógico e técnico, o professor pedagogo, juntamente com a comunidade escolar, encaminhará os processos de elaboração do Projeto Político Pedagógico. Compromissando-se com a ética, política e história e também com a responsabilidade social, é sua função fundamentar a organização do espaço escolar, sempre revendo sua própria prática e a dos profissionais nele envolvidos (SAVIANI, 2008).

O pedagogo, em especial, é o educador que organiza todo trabalho pedagógico da escola e tem a função de aprofundar as concepções teóricas que fundamentam os métodos de ensino que englobam o currículo escolar. “A procedência das críticas decorre do fato de que uma teoria, uma proposta, um método, devem ser avaliados não em si mesmos, mas nas consequências que produziram historicamente” (SAVIANI, 2008, p 54). Isso exige uma formação contínua desse profissional, ou seja, é o norte do trabalho pedagógico da instituição escolar.

No que se refere à elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico), questiona-se a atuação do professor pedagogo na elaboração e organização desse documento. Na busca de uma reflexão acerca desse tema, procura-se a definição de sua identidade e função com o objetivo de valorizar seu trabalho perante a comunidade escolar, quanto à elaboração desse documento que irá nortear sua ação pedagógica da escola em qual ele atua.

A sociedade brasileira atual é uma realidade complexa e contraditória. Nela estão presentes tanto os avanços tecnológicos e científicos quanto problemas sociais acumulados ao longo da história, marcados pela desigualdade social e exclusão. Neste contexto, estão inseridos os educandos advindos da classe trabalhadora nas escolas das redes públicas. Pensando dessa forma, torna-se fundamental a elaboração de um Projeto Político Pedagógico ciente da responsabilidade no que diz respeito à realidade e desigualdades sociais.

Segundo a Lei de Diretrizes e Base - LDB/96, é função da escola elaborar, executar e avaliar seu PPP, partindo de sua realidade escolar. A elaboração desse projeto passa por diversos desafios, incluindo sua implementação, avaliação e participação popular em suas diferentes fases (BRASIL, 1996). Sendo assim, é necessário reafirmar o comprometimento com uma educação pública de qualidade e acessível a todos e que proporcione a formação de pessoas que sejam capazes de transformar a sociedade em que vivem, com dignidade, respeito e justiça, mediadas pelo conhecimento acumulado historicamente.

Segundo o artigo 12 da LDB/96, "Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica" (BRASIL, 1996). Percebe-se, assim, que cabe aos profissionais envolvidos com a educação sua elaboração segundo sua realidade, tendo autonomia em suas decisões. Todavia, a atuação do gestor deve ser de forma democrática na elaboração do PPP, buscando integrar a sociedade no ambiente escolar, respeitando sempre seu marco referencial, acatando as opiniões que forem pertinentes do corpo docente e funcionários da instituição de ensino.

O gestor não é o único responsável nessa elaboração, essa seja talvez uma das grandes falhas existentes atualmente. Há, nesse sentido, a necessidade de refletir sobre a relação das dimensões políticas e pedagógicas, a realidade e interesses da comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, para que a escola esteja apta a cumprir seu papel nesse processo, direcionando os trabalhos das diversas disciplinas que propõe o currículo escolar. Portanto, o papel do professor pedagogo no direcionamento do PPP justifica o compromisso não somente com a sua elaboração, mas com a implementação e avaliação desse projeto.

Diante dessas considerações, o presente trabalho, que é caracterizado como levantamento bibliográfico, teve o objetivo de compreender a função do professor pedagogo no que se refere a sua concepção histórica, social e política sobre o Projeto Político Pedagógico enquanto documento norteador da escola pública.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta monografia, cuja pesquisa é de caráter bibliográfico, faz uma reflexão sobre o pensamento dos autores que tratam do tema: projeto político pedagógico e a função do professor pedagogo no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, a investigação pautou-se na leitura e interpretação de fontes como livros, artigos, teses, dissertações além de outras fontes que abordam a temática em discussão.

Para torná-lo mais didático, o trabalho foi dividido em seções que abordam os seguintes subtemas: a trajetória do professor pedagogo no contexto escolar; o pedagogo como articulador do projeto político pedagógico; a formação do professor pedagogo; diretrizes curriculares nacionais; o exercício profissional do professor pedagogo e o professor pedagogo e a construção do projeto político pedagógico.

Nas considerações finais, fez-se, de forma resumida, uma análise sobre a totalidade do trabalho, com vistas a confrontar os resultados alcançados com os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

3. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

3.1 A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR PEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR

Ao pesquisar a função do professor pedagogo e sua trajetória histórica somos levados a compreender melhor uma prática comprometida com a transformação social, reformulação de seu trabalho educativo na sociedade atual, sinalizada pelo capitalismo que fortalece a desigualdade social. Sendo assim, os desafios encontrados nos espaços escolares precisam de uma estrutura pautada nas diversas políticas educacionais, pois o trabalho pedagógico sempre está inserido num contexto político, econômico e social.

Em uma ampla análise, o trabalho do pedagogo escolar ainda está relacionado a centralização de poder junto à direção. No entanto, conforme Taques et all (2014), no Brasil, no contexto atual a educação, precisa-se de um profissional que tenha como atuação principal a articulação e mediação do conhecimento juntamente a toda a equipe da instituição escolar.

Os pedagogos, assim como todos os profissionais da educação que atuam na instituição, estão envolvidos em contradições que marcam a relação capital-trabalho. Nesse sentido, Marx (2002) expõe três categorias teórico-metodológicas do materialismo histórico e dialético: a contradição, a historicidade e a totalidade.

A historicidade é a transitoriedade dos fatos, a qual se dá por meio da leitura da realidade social e busca compreender as transformações que ocorrem em decorrência dos interesses do capital. Por sua vez a totalidade, entende a formação social e seu papel nesse contexto. Já a contradição permite superar a lógica formal por meio do confronto. É nesse contexto que se travam as lutas, e o pedagogo se torna o mediador, sendo um elo entre a classe explorada e as dedicadas ao enfrentamento, tendo em vista que a

escola sempre foi instrumento e espaço de dominação utilizados pela classe dominante.

No Brasil, os anos oitenta foram marcados por inúmeras lutas, que buscavam a democratização das escolas públicas, enquanto as classes populares respondiam às dominações do Estado resistindo e buscando para que essa instituição se tornasse um espaço de lutas contra a submissão e a hegemonia. Pelo contrário, essa instituição passa a ser um lugar para a formação de cidadãos conscientes, autônomos e com responsabilidade social (SAVIANI, 1983; LIBÂNEO, 1985).

Essa análise relaciona-se ao que Marx (2002) coloca a respeito das contradições, da historicidade e das concepções críticas da totalidade. A análise histórica da democratização da escola pública se torna importante para entender a passagem da função do pedagogo após o movimento da ditadura que implantou um modelo de pedagogo ligado aos interesses do Estado com a função de administração, supervisão, planejamento e inspeção para um profissional com um interesse político dentro da instituição escolar (SAVIANI, 1983).

A nova Constituição de 1988 dá abertura para discussões e reflexões sobre propostas inovadoras na formação do pedagogo. Estas discussões se intensificam a partir da década de 90 defendendo a elaboração de um Projeto Político Pedagógico buscado nortear o trabalho escolar. A formação fica, então, voltada para difusão de um conhecimento engajado com a sociedade, organizando o novo perfil do pedagogo.

Atualmente inúmeros educadores muitos educadores estão comprometidos com o trabalho pedagógico. Segundo Libâneo (2002), faz-se necessário transpor a fragmentação do espaço escolar, valorizar o pedagogo e repensar seu papel. Essa discussão deu-se por meio da regulamentação da LDB/96 que determinou novos princípios de formação dos profissionais da educação, incluindo o professor pedagogo. Pimenta (2002) complementa colocando que, além de reformas curriculares, novas competências e eixos curriculares seria necessário organizar toda estrutura de formação dos

profissionais da educação pautados em um ordenamento legal e funcional da então LDB/96.

Sendo assim, conforme Saviani (1983),

Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes. Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. (SAVIANI, 1983, p. 62).

3.2 O PEDAGOGO COMO ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Todos que atuam na escola devem ser responsáveis por organizar, sistematizar o planejamento são atividades que norteiam a educação. Tais ações tem como objetivo a transformação da sociedade que luta pela igualdade de classes, repensar a função social da escola.

Entre estes profissionais encontra-se o pedagogo escolar cuja função é a de organizar um trabalho que permita aos educandos a apropriação do conhecimento. Neste sentido o objetivo desse trabalho é de analisar a função do pedagogo escolar na elaboração do projeto Político Pedagógico, documento norteador da organização do espaço escolar e de transformação da escola pública.

Nesse sentido, Saviani (2008) enfatiza que no Projeto Político Pedagógico estão as metas e ações de uma escola que busca pela transformação da sociedade por meio do conhecimento, emancipando alunos de uma visão prejudicada sobre sociedade e mundo. “O trabalho pedagógico configura-se, pois, como um processo de mediação que permite a passagem

dos educandos de uma inserção acrítica e intencional no âmbito da sociedade a uma inserção crítica e intencional” (SAVIANI, 2008, p.130).

Ao desenvolver um ensino de qualidade significa pensar nas formas de transmitir o conhecimento elaborado, em proporcionar ao aluno (das camadas populares) uma educação de qualidade. Sendo assim, tanto Libâneo (1985) quanto Saviani (2008), concordam que se deve levar em consideração não somente o método, mas o conteúdo, a avaliação, as pessoas que atuam na educação, o currículo a fim de que a escola esteja sincronizada aos objetivos da educação.

Portanto partindo dessa análise percebe-se que cabe ao professor pedagogo instruir os profissionais da educação para que se orientem-se por um projeto pedagógico que norteie as necessidades da classe trabalhadora. Ele, o pedagogo, instrui os outros profissionais a reverem suas práticas, definindo ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem, para diminuição dos índices de evasão e repetência, relacionando as dificuldades enfrentadas pela escola ao contexto social, político e econômico que as condiciona (VASCONCELLOS, 1995).

O autor ainda destaca a necessidade repensar posturas por parte desse profissional que ainda revelam uma educação técnica. Portanto, um profissional que cobra estratégias e objetivos, que supervisiona professores e alunos, que comanda todo processo ensino-aprendizagem. Pelo contrário, é necessário transpor essa visão; é necessário que esse profissional articule a escola propiciando ações de interação conjunta, que trabalhe com um projeto coerente, unitário e articulado, conforme os princípios da gestão democrática. Segundo Vasconcellos:

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. (VASCONCELLOS, 1995, p.143).

É notável que por meio desse instrumento que os profissionais da educação vão sistematizar e organizar o processo de ensino e, assumi-lo é um desafio não somente aos pedagogos, mas a toda comunidade escolar.

Para o pedagogo é primordial criar um ambiente organizado par que se viabilize o trabalho pedagógico. Exigindo um trabalho coletivo e deve ser revisto e avaliado constantemente. É função do pedagogo a consolidação desse projeto, que realize discussões, debates que envolvam professores, pais, alunos, funcionários na direção da construção de uma escola democrática e cidadã (SAVIANI, 2008; VASCONCELLOS, 1995).

Assim sendo, conforme Veiga (2004) esse compromisso deve ser assumido coletivamente tendo dimensões pedagógicas e políticas.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (VEIGA, 2004, p. 13).

Tanto para Veiga (2004), como para Saviani (2008), quanto para Libâneo (1999) e Vasconcellos (1995) pedagogos e professores tem a função de transpor uma consciência alienada e fragmentada dos alunos para uma consciência crítica, coerente com participação na sociedade. A função política permite que o aluno, através do conhecimento historicamente acumulado, tenha a capacidade de compreender e atuar no mundo que convive.

Portanto é função do pedagogo escolar propiciar momentos de análise a respeito da prática do trabalho escolar; realizar grupos de estudos a respeito dos conteúdos que compõe o currículo escolar para que seja assegurado ao aluno o direito de se apropriar do conhecimento historicamente acumulado. Nesse sentido, Gramsci (1984) coloca que se apropriar do conhecimento não significa apenas entender os conteúdos, mas transformá-los com base nas necessidades sociais gerais para que não permaneça como patrimônio de um grupo minoritário.

É papel tanto dos professores quanto dos pedagogos articular o Projeto Político Pedagógico e proporcionar meios para que, de forma coletiva, a comunidade escolar analise a realidade, os alunos sejam compreendidos segundo suas características individuais, os conteúdos sejam discutidos e selecionados, que a metodologia possa intervir nos resultados esperados e obtidos. É necessário, ainda, que se avalie todo esse processo, revendo práticas e ações (SAVIANI, 2008).

O professor, ao atuar diretamente com o aluno, assume um papel de planejador. A sistematização de seu trabalho é fundamental. Esse planejamento, por sua vez, é um processo de discussão e reflexão entre professores, pedagogos e comunidade escolar, tudo norteado pelos objetivos do Projeto Político pedagógico (VASCONCELLOS, 1995).

Saviani (2008) enfatiza que a função social da escola depende da delimitação do trabalho do pedagogo escolar. Assim sendo, garante-se uma escola que propicie a aquisição do conhecimento historicamente construído pela grande maioria dos alunos. Os caminhos para atingir esse objetivo é partir da realidade concreta do aluno, seu conhecimento prévio e associá-lo a prática pedagógica do professor.

Pedagogos e professores partem de um conhecimento prévio e planejam a intervenção pedagógica. Nesse sentido, o professor torna-se um mediador do conhecimento, que organiza os conteúdos científicos, históricos e críticos, garantindo a apropriação do saber elaborado.

No Projeto Político Pedagógico o pedagogo deve restringir-se a relação professor/aluno. Este posicionamento exige do pedagogo escolar uma superação da ação individual, do autoritarismo para uma relação de trocas, de respeito mútuo, de aprendizagem significativa (SAVIANI, 2008).

Sobre a relação dos conteúdos, o pedagogo deve assegurar que eles expressem a forma de pensar o mundo. O conhecimento não deve ser fragmentado nem tampouco mascarar a realidade, pois a forma em que o aluno entende o conteúdo e compreende o mundo. Saviani (2011) expõe a

importância dos pedagogos no sentido de possibilitar aos professores a apropriação do acervo cultural acumulado pela humanidade. A apropriação e a capacitação desses conhecimentos transformarão a forma de pensar de professores, elevando-os a seres ativos, conscientes, transformadores de sua própria prática pedagógica em função da coletividade, pautados nos modelos clássicos de educação.

Clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. (SAVIANI, 2011, p.17).

A escola propõe um trabalho organizado pelo professor pedagogo, porém coletivo. Esse trabalho deve ser compreendido em sua totalidade, deve estar relacionada e conectada com a realidade da comunidade que está inserida e não sustenta ações isoladas e fragmentadas. O professor pedagogo é o articulador, é de sua competência a organização das turmas, efetivação do conselho de classe, planejamentos e outras ações, mas definidos coletivamente (GANDIN, 2001).

Conforme Gandin (2001) professores pedagogos devem mobilizar professores e comunidade escolar para a sistematização do trabalho pedagógico, para as questões referentes à educação e para as especificidades da escola. Saviani (2011) concorda e expõe:

A partir daí se abre também a perspectiva da especificidade dos estudos pedagógicos (ciência da educação) que, diferentemente das ciências da natureza (preocupadas com a identificação dos fenômenos naturais) e das ciências humanas (preocupadas com a identificação dos fenômenos culturais), preocupa-se com a identificação dos elementos naturais e culturais necessários à constituição da humanidade em cada ser humano e à descoberta das formas adequadas para se atingir esse objetivo (SAVIANI, 2011, p.20).

Assegurar a formulação de um Projeto Político Pedagógico que busca o acesso e permanência de todos os alunos na escola não é tarefa única do professor pedagogo. Democratizar a escola é um objetivo que atinge a todos. É de responsabilidade da escola garantir a efetivação desse processo. E é por meio de um Projeto Pedagógico que vá de encontro com os anseios da classe

trabalhadora que se garante um ensino de qualidade. As estratégias desse projeto podem gerar mudanças significativas, podem mudar a realidade reconhecendo a educação como algo que se busca atingir.

3.3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PEDAGOGO

Por muito tempo o trabalho escolar e a formação do pedagogo sofreu inúmeras mudanças, atualmente não existe mais a distinção entre supervisão, orientação, coordenação e sim a unificação de tarefas, o entendimento de todo trabalho, com intuito de auxiliar os professores a reformular sua prática docente, através de novos métodos, discussões, leituras de textos, barganhar experiências; fortalecer o papel do professor como mediador do processo ensino-aprendizagem, assim como, amplificar a interação entre professor e aluno.

No que se trata de política educacional brasileira, podemos observar que a mesma auxilia na estruturação e organização da educação no âmbito interno quanto no âmbito externo da instituição, no entanto a mesma se faz através de leis e decretos como a Constituição de 1.988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), deste modo atua antes do planejamento que se dá em três esferas:

- Sistemas e redes de ensino (planejamento estrutural e político);
- Unidade escolar (proposta pedagógica);
- Âmbito de ensino (o cotidiano de ensinar e aprender).

Todavia a partir desse Estágio de Gestão percebemos a relevância do pedagogo no planejamento social, que utiliza também o planejamento estratégico e possibilita a relação entre os profissionais e a sociedade, priorizando o desenvolvimento de planos de ação, coordenando e aprimorar os recursos.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN) 9394/96 é base para pedagogo, exprimi que o professor pedagogo deverá ter uma formação de qualidade, capacitação em conformidade com a necessidade da atuação, defini ainda as funções de magistérios, exercidas por professores e profissionais em educação, incluindo o exercício de docente, assumir a direção, coordenação e supervisão escolar. E nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogos (DCNP) 01/2006, é papel do pedagogo nas unidades não escolares, estar apto para trabalhar e promover as diversas fases do aprendizado e desenvolvimento humano.

O desempenho do professor pedagogo deve ocorrer em decorrência da Pedagogia Social, na sala como docente, na Direção, na educação infantil, nos anos iniciais, no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino normal, na educação profissional na área de serviço e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos.

3.4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Atualmente vigora as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, que foram implantadas no ano de 2006 expondo-se como último marco legal do Curso de Pedagogia, o mesmo percorreu vários anos de consultas e discussões, experiências e propostas modernas foram planejadas, avaliações institucionais e resultados acadêmicos da formação inicial e continuada de professores foram confrontados com práticas docentes, desse modo como possibilidades e carências foram analisadas nas instituições escolares.

O ano de 1997 foi marcado por inúmeras discussões e reflexões sobre a implantação das DCN2 pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), através do Edital n. 04, de dezembro de 1997, instaurando e divulgando desta forma a elaboração das mesmas para os cursos de graduação, pedindo para que as Instituições de Ensino Superior

direcionassem propostas para serem analisadas. A partir desse exposto inicia-se o processo de implantação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação. Todavia as propostas encaminhadas auxiliaram no trabalho de base para serem desenvolvidos por Comissões de Especialistas do Ensino (COESP), que são responsáveis pela elaboração das Diretrizes.

Um documento inicial foi elaborado e foi submetido à análise da comunidade acadêmica por meio de diversos encaminhamentos. De acordo com SCHEIBE (2001). Em maio de 1999, houve a divulgação do trabalho em documento com o nome de Proposta de Diretrizes Curriculares da Comissão de Especialistas de Pedagogia, encaminhada pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

A proposta das Diretrizes Curriculares elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, defendeu o seguinte princípio:

Profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidades profissionais. (Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, 1999, p.1apud SCHEIBE, 2001, p. 4)

Podendo atuar em áreas diversas o profissional de pedagogia, possui um amplo campo de atuação, como exercer funções públicas e privadas (ministrar aulas da 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental), administração escolar (gerenciar materiais, financiamentos e recursos humanos), educação especial, orientação educacional (oferecer assistência aos estudantes com o uso de métodos psicológicos) e pedagogia empresarial (desenvolver projetos educacionais, sociais e culturais em empresas).

De acordo com o Artigo 2º, das Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio

escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. § 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, Resolução CNE/CP n. 01/2006, p. 1).

Em 2002 apesar de inúmeras discussões e a estruturação do projeto pela comissão as diretrizes não tiveram aprovação, exigindo a partir desse ano uma nova comissão e reorganização. Quando o Governo Federal designa uma Comissão Bicameral (Câmara de Educação Superior e Câmara de Educação Básica) com objetivo de definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Homologam-se em abril de 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, em maio desse mesmo ano o CNE aprovou a Resolução n. 1/2006, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – DCNP.

A Resolução nº 1/2006 – elencou um procedimento metodológico no qual sobressaíram dois movimentos complementares. O primeiro relaciona-se a seleção de documentos nacionais, legais ou não, de associações e de intelectuais envolvidos no processo. O segundo refere-se à análise do material selecionado, orientada por uma perspectiva teórica cujo lastro é de natureza histórica e política. Isto é, procuramos compreender a reorganização do Curso de Pedagogia no interior das contradições que a geraram e que concretizaram uma dada concepção de educador.

Portanto, essa é a normatização do Curso de Graduação em Pedagogia da nova realidade desde o ano 2006. Entretanto, conclui-se que o Curso de Pedagogia passou um processo de estudos e discussões longínquo, e atualmente ainda existe inúmeras polêmicas sobre seu caráter e sua identidade.

3.5 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PEDAGOGO

Após análise de textos e estudos realizados, percebe-se que o Professor Pedagogo enfrenta inúmeros desafios no decorrer de longos anos, especialmente em relação a sua identidade. Entretanto esse profissional é de extrema relevância para o desenvolvimento e aprimoramento da instituição de ensino, visto que, em sua maioria, as atribuições escolares são atribuídas ao professor pedagogo.

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação histórica. (LIBÂNEO, 1996, p.127)

Perante esse exposto, segundo Libâneo (1996), o professor pedagogo pode atuar em áreas diversas, objetivando e promovendo os saberes aos educandos, sendo assim sua prática educativa nas instituições de ensino. Entretanto, esta realidade, inúmeras vezes, é mal interpretada pelos docentes, sendo assim, acreditam que o pedagogo é o único responsável pelo processo de ensino/aprendizagem, assim como de todas as situações que acontecem na instituição de ensino.

Faz-se necessário a compreensão de que o professor pedagogo é um profissional que auxilia o docente nesse processo de aprendizagem e de auxiliar a direção, a comunidade escolar nas diversas atividades que devem ser realizadas na instituição escolar, não sendo responsável em realizar tudo sozinho.

A compreensão do trabalho da equipe pedagógica é responsável pela organização, e por tornar possível a articulação e integração do trabalho pedagógico didático e com relação direta com os professores, promovendo um maior entendimento e cooperação entre os sujeitos que estão inseridos nas instituições de ensino, promovendo assim educação de qualidade a todos os envolvidos no processo educacional, assim sendo explicitado:

Tem como principal atribuição a assistência pedagógico didática aos professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino [...], auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos (LIBÂNEO, 2004, p. 219).

O foco principal do trabalho do pedagogo deve estar alinhado ao docente com o objetivo de otimizar a aprendizagem dos educandos, sendo assim, sua atribuição mais importante é dar suporte pedagógico e organizacional aos professores. O pedagogo ao prestar assistência pedagógico–didática aos professores, está mediando às práticas docentes e dando visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula, atuando como um agente mediador, promovendo transformação social por meio do conhecimento. “Fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. Nela se realiza de forma essencial, a unidade entre teoria e prática”. (GADOTTI, 2004, p. 63).

Perante o mencionado, percebe-se que pedagogo é de extrema importância para a escola, assim como, para o desenvolvimento das ações pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino, sendo ele que dá o suporte pedagógico aos docentes no planejamento e realização das atividades. Portanto, é essencial que a comunidade escolar, e mesmo o profissional pedagogo tenha consciência de sua importância para o processo de ensino/aprendizagem.

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula.” (LIBÂNEO, 1996, p. 34).

Assim sendo, o pedagogo é um profissional especialista em educação, atuante dentro da escola, é importante salientar que a função do pedagogo é de suma importância por unificar a relação entre os profissionais da escola para que o trabalho em equipe proporcione uma educação que objetiva o despertar da comunidade tornando-o emancipadora. É um trabalho de apoio

educacional que fortalece a construção do conhecimento e está relacionado diretamente às atividades do professor.

3.6 O PROFESSOR PEDAGOGO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A elaboração e a construção do Projeto Político Pedagógico são mais um dilema enfrentado pelo professor pedagogo no âmbito escolar, sendo um documento norteador das ações pedagógicas nas instituições escolares. Entretanto, na grande maioria das vezes, este documento relevante para a escola, infelizmente, é elaborado unicamente pelo professor pedagogo, sem a participação de outros profissionais da instituição.

O trabalho do profissional de pedagogia no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico colabora para tornar conhecidas pela comunidade escolar as atividades realizadas pelos professores de uma mesma turma ou curso. Em sua prática pedagógica, o pedagogo, juntamente com a equipe docente, deve mediar à concepção estruturada no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Pedagógica Curricular, garantindo a sua intencionalidade no Plano de Trabalho Docente.

A nova Lei de Diretrizes e Base, Lei nº 9394/96, prevê no seu Art. 12, inciso I, que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar executar seu Projeto Político Pedagógico devendo as escolas assumir como uma de suas principais tarefas o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

O Projeto Político Pedagógico é um documento que definirá diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino consiga atingir os objetivos a que se propõe. A função do Projeto Político Pedagógico é descrever de modo geral a instituição de ensino, considerando todos os aspectos da comunidade onde está inserida, segundo VEIGA (2004, p.13) sua construção seja uma:

Busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (VEIGA, 2004, p.13).

Percebe-se que o Projeto Político Pedagógico define e orienta critérios que a instituição escolar irá elaborar em relação à sua política de currículo, de gestão e de relação com a comunidade. No PPP apresentam-se também os objetivos e metas, é neste momento que a escola assume sua especificidade e seu eixo de atuação, e o seu caminho metodológico. O Projeto Político Pedagógico apresenta inúmeras atribuições.

O Projeto pedagógico articula as ações da escola de forma organizada e consciente e organizada que deve ser seguido por todos, para que se cumpra as necessidades curriculares determinadas pelo país, regionais e ainda locais para que os estudantes consigam conciliar os conhecimentos científicos mediados por seus professores ao seu cotidiano.

Somente assim, o Projeto Político Pedagógico passará de um mero instrumento burocrático e se tornará um viés de transformação escolar. O PPP quando assim é concebido propicia que todos os profissionais de educação, em conjunto, dentro da instituição de ensino, trabalhem em prol dos educandos e do saber tomando consciência de seus valores e de suas funções a serem praticados sendo que este instrumento é um dos pilares de uma gestão democrática e de construção coletiva que a organização escolar e a emancipação como um todo. Vasconcellos (2002), ressalta que:

O Projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um ethos onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. (VASCONCELLOS, 2002, p.21).

O processo de formulação e os sentidos do Projeto Político Pedagógico (PPP) além de explicitar e compreender seus significados, qual sua relação

com o ensino e refletir sobre alguns pressupostos que devem orientar esta proposta pedagógica. Pedro Demo (1998), neste sentido, afirma que:

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. (DEMO, 1998, p.248).

Perante o exposto, é importante salientar que os autores acima enfatizam as características que devem estar listadas ao PPP, do início de sua construção até os momentos em que sua revisão se torna fundamental, pois todos os envolvidos ganham com uma escola democraticamente construída. Segundo VASCONCELLOS (1995), o PPP

(...) é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p.143).

Diante disso, durante o esse momento de reconstrução é a oportunidade de observação de toda a equipe pedagógica e demais funcionários o processo de ensino, expõem suas inquietações, apontar mudanças, ações e estratégias capazes de otimizar não apenas a gestão da instituição, mas todo o trabalho desenvolvido em prol da aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada apontou o pedagogo como um profissional de extrema importância nas escolas, por articular a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico.

Ao assumir esse papel, o pedagogo trabalha no intuito de democratizar a escola, a educação e o ensino, superando uma visão técnica de comando do trabalho escolar, ultrapassando posturas autoritárias que esvaziam o Projeto Político Pedagógico de uma unidade escolar. Essa função exige do professor pedagogo uma atuação sistematizada, efetiva, cujas formas de organização respeitem os valores democráticos com atuação coletiva.

Ao profissional de pedagogia compete a articulação do processo de ensino refletido no Projeto Pedagógico da escola, não reafirmando modelos pedagógicos de uma concepção tecnicista, mas situados numa orientação histórico-crítica, que considere a realidade da comunidade escolar, que vá de encontro aos objetivos e necessidades da classe trabalhadora, quais sejam, ter acesso a uma educação que os torne cidadãos reflexivos, críticos, autônomos, que sejam conscientes de seus direitos e deveres, para que se tornem capazes de compreender a realidade em que vivem e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Esses resultados dependem da relação entre professor e aluno, professor e pedagogo, do processo educativo, das avaliações, do currículo, componentes estes que devem estar expressos no Projeto Político Pedagógico da escola, discutido, revisto e avaliado constantemente.

Por meio dessas reflexões pode-se considerar que a presente pesquisa traz uma contribuição, ainda que modesta, para a instituição escolar. Partindo da consciência da função professor pedagogo, torna-se necessário o contínuo repensar e refazer. É preciso redimensionar esse profissional dentro da escola, para que o seu trabalho esteja realmente voltado à obtenção de melhores resultados nesse processo de ensino e aprendizagem que acontece

na relação professor/aluno na sala de aula. Portanto, é relevante que esse profissional tenha condições adequadas de trabalho para que possa pôr em prática o seu conhecimento teórico.

Encerrando estas considerações finais, pode se dizer que os objetivos estabelecidos para a pesquisa foram atingidos, visto que, pelas leituras e reflexões realizadas, foi possível conhecer melhor o processo que envolve o papel do pedagogo no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura**. Resolução CNE/CP Nº1, de 15 de maio de 2006. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.html Acesso em: 20 fev. 2020.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2004.

GANDIN, Danilo. Educação política na escola. In: **Escola e transformação social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 101-112.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, pra quê?** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

LIBÂNEO, J.C. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, S.G. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-57.

LIBÂNEO, José Carlos; **Pedagogia, Ciência da Educação?** Selma G. Pimenta (org.). São Paulo; Cortez, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2004.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Santana, 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PIMENTA, S.G. **Pedagogia e pedagogos:** caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** Primeiras Aproximações. 11. ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. **Educação & Sociedade**, ano 20, n. 68, dez. 2001. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 2020.

TAQUES, Mariana F; CARVALHO, Paulla Helena S de; BONI, Ana Carolina S. Duarte; FANK, Elisane; LEUTZ, Marilda Alberton. **O papel do pedagogo na gestão:** possibilidades de mediação no currículo. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2020/papel_pedagogo_gestao_possibilidades.pdf. Acesso em: 20 de fev. 2020.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo, Libertad, 1995.

VASCONCELOS, Celso do Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: São Paulo: Papirus, 2004.